

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE MEDICINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

ISABELLA BORGES RESENDE ANASTÁCIO

**Vulnerabilidade social e encarceramento feminino: sonhos, expectativas e desafios
no processo de ressocialização**

Uberlândia - MG

2026

ISABELLA BORGES RESENDE ANASTÁCIO

**Vulnerabilidade social e encarceramento feminino: sonhos, expectativas e desafios
no processo de ressocialização**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Enfermagem da Faculdade de
Medicina da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel e Licenciado em
Enfermagem.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana
Hasse

Uberlândia - MG

2026

ISABELLA BORGES RESENDE ANASTÁCIO

**Vulnerabilidade social e encarceramento feminino: sonhos, expectativas e desafios
no processo de ressocialização**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação
em Enfermagem da Faculdade de
Medicina da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharel e Licenciado em
Enfermagem.

Uberlândia, 10 de fevereiro de 2026

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Mariana Hasse (FAMED – UFU)

Prof. Dra. Mônica Rodrigues da Silva (FAMED – UFU)

Prof. Dra. Bárbara Dias Rezende Gontijo (ESTES - UFU)



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de Graduação em:	Enfermagem				
Defesa de:	FAMED32902: Trabalho de Conclusão de Curso				
Data:	10/02/2026	Hora de início:	09:40	Hora de encerramento:	10:30
Matrícula	12021ENF036				
Nome do Discente:	Isabella Borges Resende Anastácio				
Título do Trabalho:	Vulnerabilidade social e encarceramento feminino: sonhos, expectativas e desafios no processo de ressocialização				

Reuniu-se no bloco E210, Campus Umuarama a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem, assim composta por: Mônica Rodrigues da Silva - FAMED, Barbara Dias Rezende Gontijos - ESTES e Mariana Hasse - FAMED como orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos, a presidente da mesa, Professora Mariana Hasse, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do curso.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada. Nota: 100

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Hasse, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/02/2026, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mônica Rodrigues da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/02/2026, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Dias Rezende Gontijo, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 13/02/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7050107** e o código CRC **68065806**.

Dedico este trabalho aos meus pais, cujo apoio e dedicação foram fundamentais para a minha trajetória; minhas palavras de agradecimento são pequenas diante da grandeza de tudo o que fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por me proporcionar todas as oportunidades, por me dar forças para enfrentar todos os desafios e por me capacitar todos os dias.

Aos meus pais Kleper e Débora, deixo minha mais profunda e sincera gratidão. Nada do que conquistei até aqui seria possível sem o esforço incansável de vocês. Foram anos de trabalho árduo, renúncias silenciosas e sacrifícios diários para que eu pudesse ter acesso a oportunidades que muitas vezes lhes foram negadas. Cada passo dado nessa caminhada carrega o peso do amor, da dedicação e da luta de vocês. Este trabalho não representa apenas a conclusão de um curso, mas é também o reflexo da história de coragem e resistência que vocês construíram para que eu pudesse chegar onde cheguei. Tudo o que sou e tudo o que conquistei tem como base o exemplo, o apoio incondicional e o amor que sempre recebi de vocês.

Ao meu namorado, Astar, por ter sido um apoio incondicional, um porto seguro nos dias cansativos e por me encorajar todos os dias a lutar pelos meus sonhos. À minha prima, Ellen, por acreditar em mim mais do que eu mesma e me lembrar, a cada dia, de quem eu sou. Aos meus tios, Maristela e Rogério, que, mesmo não sendo meus familiares de sangue, me amaram e cuidaram de mim como uma filha desde a infância. O amor, a dedicação e a proteção de vocês me ensinaram o valor do cuidado e da atenção ao próximo, e hoje me inspiram a ser, como enfermeira, uma profissional amorosa, acolhedora e dedicada, colocando em prática o mesmo carinho que sempre recebi de vocês. Às minhas amigas Isadora e Giovana, que estiveram ao meu lado em todos os momentos da escola, do vestibular e da faculdade, tornando cada etapa mais leve e especial.

À minha orientadora Prof. Dra. Mariana Hasse deixo minha mais sincera gratidão e admiração. Muito mais do que uma professora, você foi apoio, inspiração e acolhimento ao longo de todo esse percurso. Sua competência, dedicação e sensibilidade fizeram toda a diferença, tornando o processo de orientação mais leve, humano e enriquecedor.

Aos meus professores que fizeram parte da minha formação, vocês me inspiram todos os dias a ser uma profissional e uma pessoa melhor, obrigada por exercerem sua profissão com tanta excelência.

Aos amigos e colegas de curso, agradeço pelo companheirismo, pelas trocas de experiências e pelo apoio e pelos bons momentos vividos nessa jornada.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas por mulheres em situação de privação de liberdade nos períodos pré, peri e pós-encarceramento, bem como analisar de que modo a vulnerabilidade social, aliada à vivência em uma instituição total, repercute em seus processos de ressocialização. A pesquisa utilizou questionários e entrevistas grupais que abordaram as condições de vida anteriores ao cárcere, as experiências e percepções sobre o cotidiano prisional e as expectativas para o período pós-libertação. Os achados revelam que grande parte das participantes vivenciou situações de vulnerabilidade desde a infância, caracterizadas por limitações socioeconômicas persistentes. Embora expressem desejo de reconstruir suas trajetórias, enfrentam barreiras estruturais que restringem as oportunidades de reinserção social e mantêm a reprodução de ciclos de exclusão. Conclui-se que predominam mulheres jovens, mães e com baixa escolaridade, cuja inserção em contextos sociais adversos dificulta a ruptura com a criminalidade, mesmo diante da intenção de mudança.

Palavras-chave: Mulheres. Encarceramento. Vulnerabilidade social. Ressocialização.

ABSTRACT

This study aimed to identify the main difficulties faced by women in situations of deprivation of liberty during the pre-, peri-, and post-incarceration periods, as well as to analyze how social vulnerability, combined with life in a total institution, affects their resocialization processes. The research employed questionnaires and group interviews addressing living conditions prior to incarceration, experiences and perceptions of daily prison life, and expectations for the post-release period. The findings reveal that a large proportion of the participants experienced situations of vulnerability since childhood, characterized by persistent socioeconomic limitations. Although they express a desire to rebuild their life trajectories, they face structural barriers that restrict opportunities for social reintegration and sustain the reproduction of cycles of exclusion. It is concluded that the predominant profile consists of young women, mothers, and individuals with low educational attainment, whose insertion in adverse social contexts hinders the break with criminality, even in the presence of an intention to change.

Keywords: Women. Incarceration. Social vulnerability. Resocialization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

ONU- Organização das Nações Unidas

PNAMPE - Política Nacional de Atenção Às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade Egressas do Sistema Prisional

PNAISP- Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 METODOLOGIA.....	11
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	13
4 CONCLUSÃO	17
REFERÊNCIAS.....	18
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO	20
ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	23

Este trabalho foi redigido em conformidade com as normas de formatação e submissão da Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde (Revista eletrônica vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM), considerando as diretrizes editorial e de estrutura editorial previstas pela revista, incluindo itens de formatação, estrutura do manuscrito e abordagem científica exigidos para publicação. A versão final do manuscrito será preparada para submissão seguindo as orientações disponibilizadas no portal da revista e as considerações da banca examinadora para, então, ser submetido.

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro ocupa uma das primeiras posições no ranking mundial de pessoas privadas de liberdade, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Em 2023, havia cerca de 850 mil indivíduos em privação de liberdade no país, incluindo tanto os que se encontravam nas celas físicas quanto em regime domiciliar¹. Embora a maioria das pessoas encarceradas seja do sexo masculino, o encarceramento feminino tem apresentado um crescimento expressivo. De 2000 a 2016, a população carcerária feminina aumentou em 656%, atingindo aproximadamente 42 mil mulheres, com uma taxa de ocupação de 156,7%, ou seja, 16 mulheres ocupando um espaço originalmente projetado para dez².

Esse aumento não foi acompanhado por adequações na estrutura carcerária, o que revela a necessidade urgente de políticas públicas específicas para essa parcela da população. Dados do INFOPEN² indicam que menos de 7% dos estabelecimentos penais foram projetados exclusivamente para mulheres - enquanto 74,85% atendem apenas ao público masculino, e os demais são de caráter misto. Esse desequilíbrio estrutural compromete a dignidade e os direitos das mulheres presas, ao não considerar suas especificidades de gênero como a possibilidade de gestar, o fato de muitas serem mães, a saúde reprodutiva e a quebra de vínculos familiares.

Em resposta a esse cenário, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou em 2010 as regras de Bangkok³. Elas reconhecem que o sistema penal está baseado em características consideradas masculinas e que há necessidade de um tratamento mais equânime para mulheres em privação de liberdade. As diretrizes incluem cuidados em saúde física e mental, suporte à maternidade, manutenção de vínculos familiares e reabilitação com abordagem sensível ao gênero⁴.

Inspirado nessas diretrizes, o governo brasileiro instituiu em 2014 a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade Egressas do Sistema

Prisional (PNAMPE) com o objetivo de garantir o acesso a direitos básicos como saúde, educação, trabalho, assistência jurídica e atividades de lazer⁵

No mesmo ano, também foi implementada a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP), que visa, em uma perspectiva intersetorial, promover o acesso aos serviços de saúde de forma universal e realizar o controle e redução de agravos sanitários⁵. Porém, embora existam todas essas previsões legais e esforços direcionados, a inadequação dos espaços físicos, problemas no atendimento à saúde e a persistência de práticas violentas ainda são uma realidade vivenciada no encarceramento feminino. O objetivo deste estudo foi conhecer a percepção de mulheres privadas de liberdade sobre os principais desafios que enfrentam antes, durante e depois do cárcere e analisá-los a partir da literatura sobre o tema.

2 METODOLOGIA

Neste trabalho apresentamos parte dos dados produzidos em uma pesquisa maior, de caráter exploratório com abordagem qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi realizada em uma unidade prisional localizada em uma cidade mineira de grande porte. Ela foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia e todas as participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

As participantes da pesquisa foram mulheres encarceradas no sistema prisional que estavam em regime fechado, sem distinção em relação à natureza de seus crimes e que não estivessem confinadas em celas privadas no momento da pesquisa - conforme determinado pela unidade prisional. Do total de 106 mulheres, 83 preencheram os critérios pré-determinados e quiseram participar da pesquisa.

Para a coleta dos dados foram aplicados questionários que abrangiam domínios como características sociodemográficas, informações legais, antecedentes familiares, nível de educação, histórico de emprego e dados relacionados à saúde. As entrevistas foram realizadas individualmente em um espaço designado, especificamente reservado para garantir a máxima privacidade. Os objetivos da pesquisa foram inicialmente esclarecidos e as mulheres que expressaram sua vontade de participar da pesquisa forneceram seu consentimento informado assinando a documentação necessária. As entrevistas foram realizadas por um grupo de pesquisadores treinados e tiveram duração média de 40 minutos.

Do total de respondentes, 14 foram convidadas (indicadas pela direção da unidade) para participarem de entrevistas em grupo. Foram realizados três encontros com as mesmas 14 participantes. No primeiro, o foco das questões, abertas, foi a vida antes do cárcere; no segundo, a experiência na prisão e, no terceiro, sonhos e expectativas para a vida pós-encarceramento. Os grupos foram conduzidos por duas pesquisadoras experientes, e tiveram duração média de duas horas cada. Todos os encontros foram audiogravados.

Os dados quantitativos foram codificados e tabulados para posterior análise. Foi realizada uma dupla digitação e sobreposição das planilhas para diminuir a possibilidade de erros. As inconsistências detectadas foram retificadas e, por fim, os

dados foram analisados utilizando o Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 17.0 (IBM Inc., Chicago, IL, EUA, 2008) e BioStat 5.0®⁶.

Para a análise dos dados qualitativos, os áudios foram transcritos na íntegra e o material foi analisado com base na Análise de Conteúdo Temático de Bardin, uma metodologia de pesquisa qualitativa utilizada para interpretar dados textuais, como entrevistas, documentos ou depoimentos, com o objetivo de identificar temas e sentidos presentes no conteúdo analisado. O método desenvolve-se em três etapas principais: a pré-análise, que envolve a organização e leitura inicial do material; a exploração do conteúdo, na qual são identificadas e categorizadas as unidades de sentido; e o tratamento dos resultados, que consiste na interpretação dos temas à luz do referencial teórico, possibilitando inferências e conclusões sobre o fenômeno estudado.⁷

Os temas qualitativos foram integrados às descobertas quantitativas para fornecer uma compreensão abrangente das experiências dos participantes. Isso ajudou a contextualizar e aprimorar a interpretação dos resultados quantitativos, oferecendo uma visão mais rica e matizada dos dados. Seguindo essas etapas, a análise forneceu uma exploração detalhada e aprofundada das percepções das mulheres encarceradas sobre suas experiências na prisão e suas expectativas para suas vidas após o encarceramento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados se referem apenas aos dados dos questionários das 14 mulheres que participaram também da etapa em grupo, bem como do material produzido em tais encontros. A análise qualitativa dos discursos permitiu a identificação de três eixos temáticos principais: maternidade e vínculos familiares; relações afetivas e uso de drogas; e reincidência, vulnerabilidade estrutural e ciclo de encarceramento. Esses temas se articulam entre si revelando uma trajetória marcada por violência e situações que não só fragilizam essas mulheres apenas ao longo de suas vidas, mas também desencadeiam um padrão cíclico de exclusão e retorno ao sistema prisional, o que comprova que o fenômeno de ‘porta giratória’ é uma realidade nas penitenciárias brasileiras, ou seja, a vulnerabilidade dessas mulheres as mantém aprisionadas nos mesmos caminhos que elas desejam evitar e as conduz para a reincidência, apesar de nutrir sonhos e expectativas de reconstrução, como manter contato com os filhos, conseguir um emprego ou não voltar para a vida do crime.

Maternidade e vínculos familiares

Os dados de caracterização das 14 participantes aqui analisadas evidenciam que há uma predominância de mulheres jovens, visto que 80% delas têm entre 18 e 38 anos e as demais, entre 39 e 48 anos. Destas mulheres, 66,7% têm filhos.

Esse é um dado importante dado que a maternidade se revelou uma das questões centrais nas falas das entrevistadas. Quando questionadas sobre seus sonhos e expectativas para o futuro, a grande maioria expressou o desejo de se reconectar com suas famílias e desempenhar papéis significativos como mães e/ou avós. Falas como *“Quero fazer tudo o que não fiz pelos meus filhos, cuidar deles, ter a guarda dos meus filhos”*

(Entrevistada 1) demonstraram essa expectativa. Iaconelli⁸ retrata como a figura da genitora frequentemente é tomada como o modelo ideal de cuidado infantil, porém esse ideal não é atribuído de forma universal. Na prática, ele se apoia em um recorte social específico, que posiciona no topo da hierarquia do cuidado mulheres que atendem a determinados marcadores normativos: serem cisgênero, heterossexuais, casadas, brancas, adultas e economicamente favorecidas. Esse perfil funciona como parâmetro de excelência, excluindo e desvalorizando outras experiências de cuidado e maternagem.

Quando esse modelo é naturalizado, ele reforça uma lógica excludente e trata como inadequada outras formas de parentalidade, ou seja, crianças cuidadas por pais que não correspondem a esse padrão são psicologicamente prejudicadas e passam a ser consideradas passíveis de “resgate” por famílias de classes sociais mais altas. Esse modelo idealizado encontra forte correspondência na realidade das mulheres privadas visto que a maioria vêm de famílias desestruturadas e possuem relações familiares disfuncionais. Há relatos de muitas mulheres terem crescido em ambientes com violência seja contra elas ou contra suas mães, ou seja, um ambiente de muito sofrimento. Algumas sentem que, por isso, não tiveram infância, enquanto outras relataram que, pelas mães estarem vulnerabilizadas pela violência, não conseguiram protegê-las. Uma delas, inclusive, se referiu que a mãe a abandonou bem cedo. Tais vivências aparecem como desencadeadoras de afastamento familiar precoce, mas também como motivação para entrada no crime, prostituição e uso de drogas. As relações disfuncionais não ocorreram apenas na infância e se perpetuaram na relação das mulheres com os próprios filhos que, muitas vezes, segundo elas, também ficaram abandonados, sendo que o próprio envolvimento com drogas e com o crime é o que faz perderem a guarda.

Ainda assim, muitas dessas mulheres expressam o desejo de exercer a maternidade, alimentando o sonho de serem “boas mães” e de restabelecer o vínculo e a guarda de seus filhos após o cumprimento da pena. No entanto, elas se encontram profundamente distantes do ideal normativo de maternidade socialmente valorizado, uma vez que são majoritariamente mulheres negras, pobres e situadas à margem da sociedade, cujas condições de vida e estigmatização social operam como mecanismos de exclusão simbólica e institucional. Dessa forma, sua maternidade é constantemente desqualificada ou considerada inviável devido a incompatibilidade com um modelo que ignora as desigualdades estruturais, tornando o sonho da maternidade cada vez mais distante para essas mulheres.

Em relação à frequência que veem os filhos, 40% afirmaram não ter contato, 13,33% os veem uma vez por mês, 6,67% raramente e apenas 6,67% semanalmente. E sobre a guarda dos filhos os resultados mostram que 20% afirmaram que o filho está com a avó materna, 20% com algum familiar e apenas 6,67% com o pai. Ainda assim, mesmo com situações difíceis, a família sempre é vista e relatada como espaço de amparo e consolo, especialmente os netos e filhos, e esse afastamento gera muito sofrimento e uma sobrecarga mental e emocional nessas mulheres. Esses dados são coerentes com a literatura, o afastamento do convívio familiar, especialmente dos filhos, aparece de forma recorrente como uma das consequências mais marcantes e dolorosas do cárcere e é comum que mulheres privadas de liberdade vivenciem o abandono por parte de suas famílias, embora manifestem grande necessidade de preservar esses vínculos⁹. Elas

atribuem enorme importância às relações familiares e relatam a dor provocada por essa ruptura¹⁰. Por consequência disso muitas acabam se automutilando para lidar com a ansiedade, o que é identificado em relatos durante a entrevista como: *“Esperar traz ansiedade, minha pele grita, eu me arranho, me machuco, eu me isolo.”* (Entrevistada 2, entrevista, 2024)

Relações afetivas e drogas

Nota-se que as relações disfuncionais também se estendem aos relacionamentos amorosos. 40% das detentas confirmaram a prisão do cônjuge, sendo que 26,67% indicaram que ele foi preso primeiro e 13,33% informaram que entraram na mesma época. Algumas mulheres relatam que o início da vida no crime ocorreu devido aos relacionamentos, pois foram os namorados ou companheiros que as apresentaram a tal realidade, exemplo disso são relatos como: *“Minha vida era feliz no sítio, cresci lá, mas não dei valor não, era feliz e não sabia, eu tinha tudo, mas era muito mimada, larguei minha família para viver com um homem e usar drogas...”* (Entrevistada 3).

Para outras, o uso de drogas foi o fator desencadeante do envolvimento com o mundo do crime. 86,67% afirmaram consumir drogas, sendo 80% usuárias de maconha, 40% de cocaína e 53,33% de crack. O uso de drogas, quando perguntadas, também decorre das relações ruins da infância, o que revela um efeito cascata, onde uma situação gera as outras, uma das entrevistadas relata: *“com 11 anos fui pra Cracolândia, só parei com 22 anos, tem 6 meses que não uso crack porque estou presa”*. (Entrevistada 4). As detentas relataram que ao se tornarem dependentes, consequentemente acabaram se envolvendo com o tráfico. *“Desde muito pequena sempre bem cuidada, na escola aprendi a fumar usar drogas conheci um namorado que me levou para o crime, traficávamos juntos, ele foi preso e eu fiquei tomando conta do negócio e depois fui presa.”* (Entrevistada 5).

Relatos como estes, de que os companheiros as levaram ao mundo das drogas e consequentemente ao mundo do crime são muito comuns no entanto, embora essa situação de fato ocorra, de acordo com a literatura, a presença feminina no tráfico de drogas não pode ser compreendida apenas a partir da ideia simplificada de que as mulheres foram cooptadas ou influenciadas por parceiros e familiares já inseridos nessa atividade ilícita¹¹. Para muitas mulheres o tráfico de drogas serve como forma de sustento da família e de independência financeira, visto que a maioria já nasce em um contexto de vulnerabilidades. Em determinados casos, o ingresso nesse contexto resulta de uma decisão consciente, motivada pela busca por poder simbólico, reconhecimento e respeito social. Contudo, mesmo quando conseguem acessar esse espaço como forma de afirmação social, as mulheres continuam submetidas a relações de gênero marcadas pela discriminação. No âmbito do tráfico, elas costumam ocupar funções consideradas secundárias e desvalorizadas, reproduzindo papéis tradicionalmente associados ao feminino, como tarefas domésticas, preparação e embalagem de entorpecentes ou a realização de vendas de menor relevância. A ascensão hierárquica nesse ambiente, via de regra, ocorre apenas mediante comportamentos de extrema obediência e submissão às lideranças masculinas¹¹.

Essa instabilidade junto com a falta de emprego ou ocupação, mesmo que informal somado a baixa escolaridade e da necessidade de prover o sustento da família, são

fatores que influenciam os indivíduos a buscarem atitudes imediatistas e criminosas⁹ assim, grande parte das mulheres que chegam ao sistema prisional já se encontra em contextos marcados por profunda vulnerabilidade social, e a prisão surge como continuidade de um processo de criminalização que atravessa suas vidas, relacionado a fatores como pobreza, violência doméstica e envolvimento com o tráfico de drogas¹²

Reincidência, vulnerabilidade e ciclo de encarceramento

As mulheres privadas de liberdade também relataram constantemente uma realidade de desamparo, abusos e vulnerabilidade desde a infância. Relatos como: *“Eu não tive infância, sofri abusos, sofri muito na infância...”* e *“Meu passado foi difícil, minha mãe era de zona, ela tinha um companheiro e eu com 8 anos quase fui abusada por ele”* (Entrevistada 6) são comuns entre as entrevistadas. Por esse motivo muitas acabaram encontrando o mundo da criminalidade como única alternativa.

Quando se trata de reincidência, esse efeito fica muito nítido, tendo em vista que 46,67% das mulheres entrevistadas já foram presas anteriormente. Porém, quando voltam à realidade e são rejeitadas pela família e pela sociedade, acabam voltando para o mundo das drogas e da criminalidade. Uma delas inclusive relata: *“Toda a minha vida foi presa, só fiquei dois anos na rua”* (Entrevistada 7) Isso nos revela um padrão cíclico de encarceramento, pois apesar de terem muitos sonhos e expectativas para realizarem ao sair da prisão, a vulnerabilidade social que as cercam não permite que elas os realizem. Fica visível que ao retornarem ao convívio social, elas se deparam imediatamente com barreiras estruturais significativas como a estigmatização social, escassez de oportunidades de trabalho e rejeição familiar, gerando assim uma desestabilização emocional e psicológica. Essa análise evidencia que o sistema penal opera como um mecanismo que reforça desigualdades sociais, incidindo de forma seletiva sobre mulheres já atravessadas por vulnerabilidades relacionadas a gênero, raça e classe.

Além disso, as detentas relataram que um fator positivo de estar na cadeia é justamente estar longe das tentações como as drogas, álcool, más companhias que as levam para o mundo do crime e para algumas até simboliza um lugar de descanso, pois ali recebem comida, abrigo e roupas e por isso sentem gratidão. Em contrapartida, outras mulheres disseram aprender muito mais sobre o crime com as colegas, que acabam passando fome pois a qualidade da comida é ruim ou porque “vendem” suas coisas para comprar cigarro ou manter o vício em remédios, relataram que apesar de não sofrerem violência física, sofrem muita violência psicológica e que ali dentro não existe progresso. Um fator muito pontuado é que não há oportunidades de estudo e que muitas das vezes ficam sem fazer nada, o que revela novamente a atuação de um sistema de justiça penal voltado para a punição, que intensifica estruturas de opressão e violência de gênero, contribuindo para a manutenção de ciclos de exclusão e marginalização das mulheres em contextos de vulnerabilidade social.

4 CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo evidenciam que a trajetória das mulheres privadas de liberdade é marcada por múltiplas vulnerabilidades estruturais ao longo de toda sua vida, que se articulam e se repetem antes e após o encarceramento. A maternidade, as relações afetivas disfuncionais, o uso de substâncias psicoativas e a fragilidade dos vínculos familiares implicam diretamente em um ciclo contínuo de exclusão social, criminalização e reincidência. As narrativas mostram que, embora exista o desejo de reconstrução pessoal e reintegração social, as barreiras impostas pelo estigma, pela ausência de oportunidades e pela precariedade das políticas públicas dificultam o rompimento com padrões de violência, dependência e desigualdade. Deste modo, é notório a necessidade de políticas intersetoriais que consideram as especificidades de gênero no contexto prisional e assim assegurem condições dignas de vida às detentas e acompanhamento nos pós encarceramento. É imprescindível a formulação de políticas públicas específicas e emergenciais que promovam o fortalecimento dessas mulheres e possibilitem a ruptura das dinâmicas estruturais que as mantêm afastadas do pleno exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

1. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema Nacional de Informações Penais - SISDEPEN, 15º Ciclo, Relatório de Informações Penais (RELIPEN) - INFOPEN Nacional 2023. Brasília, 2023.
2. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres, 2a edição, Brasília, 79p, 2017
3. Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional; 2023 [citado 2026 jan 12]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/8353>
4. DA SILVA CARDOSO, F.; BOMFIM, A. O acesso à educação por mulheres presas: a educação nas prisões em perspectivas de gênero. Revista Educar Mais, [S. l.], v. 6, p. 164–182, 2022. DOI: 10.15536/reducarmais.6.2022.2697. Available at: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2697>.
5. Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Dicionário de dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN.

- Brasília: Ministério da Justiça; 2014 [citado 2026 jan 12]. Disponível em:
<http://dados.mj.gov.br/dataset/f9ebf1f1-8d27-4937-b330-f29b820dca87/resource/053750ee-359c-4132-9d7a-19895d72aa76/download/dicionariodadosjunho2014.pdf>
6. SPSS Inc. Released 2008. SPSS Statistics for Windows, Version 17.0. Chicago: SPSS Inc.
 7. **VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. D. L.** Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. *Educação em Revista*, v. 41, 2025. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edur/a/L5rSfFVCRRrfLJ5G8yVwKRv/>.
 8. IACONELLI, V. Manifesto antimaternalista. São Paulo: Editora Schwarcz; Companhia das Letras, 2023.
 9. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Encarceramento feminino no Brasil: uma análise interseccional das relações entre tráfico de drogas, violência de gênero e vulnerabilidade social. Ouro Preto, 2025. Disponível em:
https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/8363/3/MONOGRAFIA_EncarceramentoFemininoBrasil.pdf.
 10. Scherer ZAP, Scherer EA, Santos MA dos, Souza J de, Pillon SC, Scherer NP. Freedom-deprived women: social representations of prison, violence, and their consequences. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(3):e20180781 [cited 2026 Jan 12]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0781>
 11. OLIVEIRA, Giovana Gomes de. Encarceramento feminino no Brasil: uma análise interseccional das relações entre tráfico de drogas, violência de gênero e vulnerabilidade social. 2025. Monografia (Graduação em Direito) — Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025. Disponível em:
<http://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/8363>.
 12. Araújo AS de, Lima LKL, Dias WA. Saúde mental e cárcere: mulheres privadas de liberdade, violência e subjetivações. CLCS [Internet]. 31º de dezembro de

2024. Disponível em:

<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/14158>

APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO APLICADO



INSTRUMENTO DE DIAGNÓSTICO SITUACIONAL	
Data: ____/____/____	
Aplicador: _____	
Interessado(a): Coordenação do Programa Mulheres Mil – Escola Técnica de Saúde/UFU.	
DADOS	
Data de Nascimento: ____/____/____	Ingresso na penitenciária: ____/____/____
Naturalidade: _____	
Orientação Afetivo Sexual: () Homossexual () Heterossexual () Bissexual () Outro: _____	
Estado civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () União Estável () Viúvo (a) () Separado (a) /Divorciado (a) /Desquitado (a)	
Assinale a alternativa que identifica a sua cor ou raça: () Branco (a) () Preto (a) () Pardo (a) () Amarelo (a) /Oriental () Indígena () Não declarado (a)	
Tem religião? () Sim () Não Se sim, qual? _____ É a que possuía antes de entrar? () Sim () Não	
Você possui documento de identificação oficial (CPF e RG)? () Sim () Não	
FAMÍLIA	
Quem você considera sua família? _____	
Algum familiar está no sistema penitenciário? () Sim () Não Quem? _____	
O (a) companheiro(a) também está no sistema penitenciário? () Sim () Não Quem entrou primeiro? () Ele/ Ela () Entramos na mesma época	
Tem filhos? () Sim () Não Se sim, quantos? _____ Idade de cada Filho/filha _____ Idade de cada Filho/filha _____ Idade de cada Filho/filha _____	
Com quem estão os/as filhos/filhas atualmente () comigo na prisão () com o pai/ os pais () com minha mãe () com alguém da minha família () com alguém da família do pai/ dos pais () em abrigo () foi encaminhado para adoção () não sei	
Com qual frequência vê os filhos/filhas () nenhuma () raramente () uma vez por semana () várias vezes por semana () uma vez por mês () não me lembro	

Quantas pessoas moravam em sua casa (incluindo você)? ☐ Moro (a) sozinho (a) ☐ 03 (três) pessoas ☐ 05 (cinco) pessoas ☐ 02 (duas) pessoas ☐ 04 (quatro) pessoas ☐ 06 (seis) pessoas ou mais
Mantém contato com a família? ☐ Sim ☐ Não Se sim, com qual frequência? _____ Por qual meio? _____
Sua residência é? ☐ Cedida/emprestada ☐ Alugada ☐ Invasão / Ocupação ☐ Própria [] Financiada/ [] Quitada/ [] herança, de quem? _____
Alguém em sua residência recebe benefício? ☐ Bolsa Família ☐ Auxílio Reclusão ☐ Benefício de Prestação Continuada – BP ☐ Outros Nome do beneficiário (a): _____ Parentesco: _____ Idade: _____ Escolaridade: _____
ESCOLARIDADE ☐ Analfabeto (a) ☐ Ensino Fundamental Incompleto ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Incompleto ☐ Ensino Superior Completo ☐ Pós-Graduação (especialização/mestrado/doutorado) ☐ Curso técnico
Participou de algum curso profissionalizante? ☐ Sim ☐ Não Se sim, qual? _____
TRABALHO Possui experiência de trabalho? ☐ Sim ☐ Não Se sim, em qual área? _____ Se sim, qual vínculo empregatício? ☐ Formal (com Carteira de Trabalho assinada) ☐ Informal ☐ Autônomo Duração: _____
Qual era sua participação na vida econômica do seu grupo familiar? ☐ Não trabalhava e era sustentado(a) pela família e/ou por outras pessoas; ☐ Trabalhava, mas recebia ajuda financeira da família e/ou de outras pessoas; ☐ Trabalhava e era responsável pelo sustento, além de contribuir parcialmente para o sustento da família; ☐ Trabalhava e era responsável apenas pelo seu próprio sustento; ☐ Trabalhava e era responsável pelo sustento da família.
Qual sua renda familiar (mensal)? ☐ Inferior a 1 salário mínimo ☐ 1 salário mínimo ☐ 2 salários mínimos ☐ Entre 3 e 4 salários mínimos ☐ Superior a 5 salários mínimos
SAÚDE Já se hospitalizou? ☐ Sim ☐ Não Internação psiquiátrica? ☐ Sim ☐ Não Quantas vezes: _____

☐ Em liberdade ☐ Na prisão Diagnóstico: _____ Diagnóstico: _____
Tratamento psiquiátrico? ☐ Sim ☐ Não Quantas vezes: _____ ☐ Em liberdade ☐ Na prisão Diagnóstico: _____ Diagnóstico: _____
Tratamento psicológico? ☐ Sim ☐ Não Quantas vezes: _____ ☐ Em liberdade ☐ Na prisão Diagnóstico: _____ Diagnóstico: _____
Você já precisou ou precisa de tratamento para: ☐ Saúde bucal, qual? _____ ☐ Doenças hereditárias, qual? _____ ☐ Infecções sexualmente transmissíveis – DST, qual? _____ ☐ Saúde mental, qual? _____ ☐ Pessoa com necessidade especial, qual? _____ ☐ Outros: _____
Faz uso de medicação contínua? ☐ Sim ☐ Não Se sim, qual(is)? _____ Nome: _____ Nome: _____ Nome: _____ Nome: _____ Nome: _____
Faz/Faz uso de substâncias psicoativa? ☐ Sim ☐ Não Se sim, qual(is)? _____ ☐ Cigarro ☐ Alcool ☐ Lólo ☐ Maconha ☐ Estimulante ☐ Cocaína ☐ Crack ☐ Outra(s): _____
Sobre episódio de overdose de drogas: Você alguma vez já teve uma overdose de drogas? Por exemplo: já desmaiou ou precisou de ajuda médica após uma dose mais alta que o normal? ☐ Sim ☐ Não Se sim, quantas vezes? ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ou mais

Como você percebe sua saúde? () Péssima () Ruim () Regular () Boa () Ótima
JURÍDICO
Situação jurídica: () provisória () Condenada Artigo: _____ Pena: _____
Há sentença? () Sim () Não Previsão de saída: _____
Participa de alguma atividade na Penitenciária? () Sim () Não Se sim, qual? Período: () Manhã () Tarde () Noite
É reincidente no Sistema Penal? () Sim Quantas vezes? _____ Artigo: _____ Permanência: _____ () Não
Acerca da prisão, marque a alternativa que mais se aproxima da sua opinião, considerando: 1- péssimo 2- regular 3- bom 4- ótimo 5- excelente A. Estrutura física do ambiente () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 B. Qualidade da alimentação () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 C. Qualidade de atendimento à saúde () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 D. Possibilidades de visitas () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 E. Acesso a cursos e atividades () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 F. Qualidade do tratamento dado pelos agentes do estabelecimento () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 G. Qualidade do tratamento dado pelos agentes externos que ofertam cursos/atividades () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 H. Possibilidade de transformação pessoal (para melhor) a partir da experiência carcerária () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

I. Condições para retornar a vida em sociedade () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 J. Acesso à assistência jurídica de advogado ou defensor público () 1 () 2 () 3 () 4 () 5
VOCÊ GOSTARIA DE PARTICIPAR DE UM CURSO PROFISSIONALIZANTE?
() Sim, por que? _____ _____ () Não, por que? _____ _____
SE VOCÊ PUDESSE ESCOLHER UM CURSO, QUAL SERIA?
_____ _____ _____ _____
PERGUNTAS PARA O GRUPO FOCAL:
Como era sua vida antes da prisão? E agora? Você tem sonhos para sua vida? Quais? Cite três aspectos negativos de estar presa. Cite três aspectos positivos de estar presa. Quanto de expectativa você deposita sobre sua mudança de vida quando sair da prisão? nenhuma - pouca - razoável - muita Descreva quais seriam estas expectativas. O quanto e como você acha que a escola/educação pode ajudar na sua vida após a prisão?

ANEXO 1 - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

 UFU Comitê de Ética em Pesquisas	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: Caracterização e percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da inclusão social, produtiva e educacional - Projeto Mulheres MI		
Pesquisador: Juliana Pereira da Silva Façim		
Área Temática:		
Versão: 2		
CAAE: 46692521.8.0000.5152		
Instituição Proponente: Escola Técnica de Saúde		
Patrocinador Principal: Universidade Federal de Uberlândia/ UFU/ MG		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 4.785.662		
Apresentação do Projeto:		
Segundo o projeto:		
APRESENTAÇÃO – “O Programa Mulheres MI executado em cooperação entre os governos brasileiro e canadense, [...] tem por objetivo a formação profissional com autonomia e inserção no mundo do trabalho, de mulheres em condições de vulnerabilidade social e econômica. Nesse grupo, destacam-se as mulheres privadas de liberdade. [...] Conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal, o acesso à assistência educacional é um direito garantido à pessoa privada de liberdade e deve ser oferecido pelo Estado na forma de instrução escolar e formação profissional, no entanto, apenas 25% da população prisional feminina está envolvida em algum tipo de atividade educacional. [...]”		
CRITÉRIO DE INCLUSÃO – “[...] mulheres presas no sistema prisional da cidade de Uberlândia-MG em regime fechado, sem distinção de conduta criminal que assinarem o termo de consentimento livre e esclarecido, concordando em participar da pesquisa.”		
CRITÉRIO DE EXCLUSÃO – “[...] mulheres presas em celas individuais e isoladas de convívio coletivo por determinação da unidade prisional e também aquelas mulheres que revogarem seu consentimento para participação na pesquisa.”		
Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco “1A”, sala 224 - Campus Sta. Mônica Bairro: Santa Mônica CEP: 38.405-144 UF, MG: Município: UBERLÂNDIA Telefone: (34)3239-4131 Fax: (34)3239-4131 E-mail: cep@propp.ufu.br		

Objetivo da Pesquisa:

Segundo o projeto:

OBJETIVO PRIMÁRIO – "Caracterizar o perfil das mulheres encarceradas no sistema prisional de uma cidade no Triângulo Mineiro, descrever as percepções sobre as vivências dentro da prisão e suas expectativas de vida e ofertar um curso de capacitação profissional em área a ser escolhida."

OBJETIVO SECUNDÁRIO

1. Elaborar uma revisão da literatura sobre sistema prisional brasileiro, bem como, sobre a população prisional feminina no Brasil e em Minas Gerais;
2. Caracterizar o perfil das mulheres encarceradas no sistema prisional da cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, através do levantamento de dados sociodemográficos, familiares, escolaridade, trabalho, saúde, jurídicos;
3. Aplicar técnica de grupo focal, com escuta e diálogo, para relatar e descrever as percepções sobre as vivências dentro da prisão e as expectativas de vida da população feminina do sistema prisional da cidade de Uberlândia-MG;
4. Promover debates e mesas redondas com o intuito de trocar saberes e experiências, bem como capacitar técnica e pedagogicamente a equipe para atuar com a população prisional feminina da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga;
5. Estabelecer uma rede dentro e fora da Universidade para intercâmbio de experiências para articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de extensão e pesquisa na área de conhecimento contempladas pelo projeto;
6. Estruturar e ofertar para mulheres presas na Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga de Uberlândia-MG um curso de capacitação profissional com momentos de formação sobre história de vida, ética, relações humanas, cidadania, gênero, direitos da mulher, saúde da mulher, inclusão digital, segurança alimentar e nutricional, empreendedorismo, cooperativismo, economia solidária, direitos e deveres da trabalhadora e empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação, visando no momento oportuno melhores condições de empregos, ou na criação de novos empreendimentos;
7. Estimular o empreendedorismo e a inclusão educacional, produtiva e social na população prisional feminina da Penitenciária Professor João Pimenta da Veiga."

HIPÓTESE – "Espera-se produzir resultados relacionados ao perfil das mulheres encarceradas no

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cnp@propp.ufu.br

Página 02 de 10

sistema prisional de uma cidade no Triângulo Mineiro, à compreensão das percepções sobre as vivências dentro da prisão e suas expectativas de vida e também à qualificação profissional além da formação sobre a história de vida, ética, relações humanas, cidadania, gênero, direitos da mulher, saúde da mulher, inclusão digital, segurança alimentar e nutricional, empreendedorismo, cooperativismo, economia solidária, direitos e deveres da trabalhadora e empoderamento das mulheres por meio do acesso à educação, visando no momento oportuno melhores condições de empregos, ou na criação de novos empreendimentos." (PENDÊNCIA 1)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

RISCOS – "[...] existe um risco mínimo de divulgação de dados confidenciais registrados no TCLE e de desconforto psicológico na exposição das respostas da entrevista. No entanto, os pesquisadores comprometem-se em manter sob sigilo os dados confidenciais registrados nos TCLE, e a garantir a divulgação pública dos resultados. Além disso, comprometem-se a garantir que as participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, tenham pelo tempo que for necessário o direito à assistência integral e imediata de forma gratuita. Se a participante assim desejar, os pesquisadores responsabilizam-se por encaminhar possíveis demandas ao setor de Psico-pedagogia da Unidade. Os nomes das participantes não serão divulgados de nenhuma forma, as respostas serão confidenciais e utilizadas exclusivamente para fins desta pesquisa, não tendo qualquer outra finalidade. Os pesquisadores comprometem-se em manter o anonimato das participantes na divulgação dos resultados da pesquisa por meio do uso de códigos para o registro das falas. [...]"

BENEFÍCIOS – "A pesquisa não acarretará nenhum benefício direto às participantes, mas espera-se benefícios indiretos à sociedade contribuindo com a inclusão educacional, produtiva e social dessa população historicamente excluída do sistema educacional e do mundo do trabalho, bem como benefícios indiretos à comunidade científica no desenvolvimento de competência institucional na área de conhecimento do projeto."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

METODOLOGIA

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cnp@propp.ufu.br

Página 03 de 10

- (A) Estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa
- (B) Tamanho da amostra – 130 participantes
- “[...] O fechamento amostral por saturação teórica é definido como suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, redundância ou repetição [...]”
- (C) Recrutamento e abordagem dos participantes (PENDÊNCIA 2)
- (D) Local de coleta – “[...] Penitenciária Pimenta da Veiga, Uberlândia-MG [...]”
- (E) Coleta de dados – Entrevista semiestruturada (10 minutos) e Grupo focal (50 minutos, sala privada) (PENDÊNCIA 3)
- (F) Análise dos dados – “[...] os dados numéricos serão transcritos para planilha e analisados por meio de testes quantitativos Qui-quadrado de Pearson e testes t de student. [...] a análise dos dados qualitativos [...] será utilizada a técnica de análise lexical, por meio do software ALCESTE 4.5, que permite a análise quantitativa de dados textuais [...]”
- CRONOGRAMA (PENDÊNCIA 4)
- ORÇAMENTO – R\$ 9.600,00 – Bolsa para 2 discentes
- TCLE (PENDÊNCIA 3)
- =====

As pendências listadas no Parecer Consubstanciado anterior, seguem abaixo, bem como a resposta da equipe de pesquisa e a análise de atendimento ou não da pendência feita pelo CEPI/UFU.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

CEP: 38.408-144

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

1. Para o FORMULÁRIO PLATAFORMA BRASIL e para o PROJETO DETALHADO, seção Hipótese:
- Sendo que a hipótese apresentada trata-se dos objetivos da pesquisa e não de suposta resposta para o problema de pesquisa, o CEPI/UFU solicita a reescrita ou, caso a equipe executora entenda que a pesquisa não há hipótese, pode-se mencionar "Não se aplica".
- RESPOSTA PENDÊNCIA 1 - "Foi reescrito na plataforma e no projeto detalhado: Não se aplica."
- ANÁLISE DO CEP - PENDÊNCIA 1 ATENDIDA
- =====
2. Para o FORMULÁRIO PLATAFORMA BRASIL e para o PROJETO DETALHADO, seção Metodologia Proposta:
- O CEPI/UFU solicita que a técnica de recrutamento dos participantes, a abordagem adotada e o local de abordagem sejam inseridos na seção Metodologia Proposta dos documentos informados.
- RESPOSTA PENDÊNCIA 2 - "Em tomo de 40 mulheres serão selecionadas e convidadas para participar da capacitação profissional. O recrutamento será realizado pela equipe técnica da Unidade Prisional considerando as normativas e critérios internos da Instituição relacionados comportamento e remissão de pena. Nessa segunda abordagem, as mulheres selecionadas para a capacitação profissional serão convidadas a participar voluntariamente do GF. O GF acontecerá em sala reservada para assegurar a privacidade, ambiente tranquilo, sem interferência de terceiros. Serão abordadas questões-chave sobre sonhos, expectativas de vida, a vida na prisão e a percepção da educação em um novo recomeço após a prisão."
- ANÁLISE DO CEP - PENDÊNCIA 2 ATENDIDA
- =====
3. Para o FORMULÁRIO PLATAFORMA BRASIL e para o PROJETO DETALHADO, seção Metodologia

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 224 - Campus Sta. Mônica

Bairro: Santa Mônica

UF: MG

Município: UBERLÂNDIA

CEP: 38.408-144

Telefone: (34)3239-4131

Fax: (34)3239-4131

E-mail: cep@propp.ufu.br

Proposta, e para o TCLE:

Considerando a divergência de informações quanto ao tempo da entrevista, no Formulário Plataforma Brasil consta 10 minutos e no TCLE são 20 minutos;

Considerando que o tempo da técnica grupo focal, 50 minutos, foi mencionado somente no Formulário da Plataforma Brasil e no Projeto Detalhado;

O CEP/UFU solicita (3.1) a correção em todos os documentos mencionados do tempo de duração da entrevista, assim como (3.2) a inserção da técnica grupo focal e do tempo de duração no TCLE.

RESPOSTA PENDÊNCIA 3 - (3.1) "O tempo de duração da entrevista é de 10 minutos e foi corrigido no TCLE. No projeto detalhado e na plataforma estava correto (10 minutos)"; (3.2) "O tempo para responder a entrevista com 45 questões é de aproximadamente 10 minutos e da roda de conversa é de aproximadamente 50 minutos."

ANÁLISE DO CEP - PENDÊNCIA 3 ATENDIDA.

4. Para o FORMULÁRIO PLATAFORMA BRASIL e para o PROJETO DETALHADO, seção Cronograma:

Considerando que no cronograma apresentado há dois momentos para a realização da entrevista semiestruturada: "Coleta de dados: aplicação do Instrumento de Diagnóstico Situacional / Entrevista semiestruturada antes do projeto" - 02/09/2021 a 01/01/2022 e "Coleta de dados: aplicação entrevista semiestruturada após do projeto" - 01/04 a 01/08/2022";

Considerando o trecho na Metodologia, "No primeiro momento, serão esclarecidos os objetivos e a técnica da pesquisa, e na sequência o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO 2) será assinado por aquelas que desejarem participar da pesquisa. [...]";

Questiona-se: Haverá entrevista em dois momentos distintos? O período de 02/09/2021 a 01/01/2022 no cronograma trata-se da abordagem aos participantes ou do primeiro momento de

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 234 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Página 38 de 10

realização da entrevista?

O CEP/UFU solicita que os esclarecimentos quanto a coleta de dados sejam inseridos nos documentos mencionados.

RESPOSTA PENDÊNCIA 4 - "[...]" haverá apenas um momento de entrevista (antes do projeto de capacitação profissional). Após a capacitação haverá apenas a aplicação do grupo focal."

ANÁLISE DO CEP - PENDÊNCIA 4 ATENDIDA.

5. Para a PLATAFORMA BRASIL e para o PROJETO DETALHADO, seção Metodologia Proposta, e para o TCLE:

Considerando que o termo "questionário" aparece em trechos no Formulário Plataforma Brasil, no Projeto Detalhado e no TCLE;

Considerando que um roteiro de entrevista/grupo focal foi postado na Plataforma Brasil;

Questiona-se: A pesquisa aplicará, além da entrevista e da técnica grupo focal, um questionário?

Caso negativo, o CEP/UFU solicita a correção quanto ao termo utilizado para os instrumentos de coleta de dados nos documentos mencionados. Caso afirmativo, o CEP/UFU solicita a inserção da informação quanto à aplicação de um questionário nos documentos mencionados.

RESPOSTA PENDÊNCIA 5 - "[...]" a pesquisa aplicará apenas a entrevista e a técnica grupo focal."

ANÁLISE DO CEP - PENDÊNCIA 5 ATENDIDA.

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "1A", sala 234 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@propp.ufu.br

Página 37 de 10

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- (D1) Folha de Rosto – Escola Técnica de Saúde
- (D2) Termo de Compromisso Confidencialidade da Equipe Executora
- (D3) Link Lattes da Equipe Executora – atualização 20/18/2020
- (D4) Declaração Coparticipante
- (D5) Projeto de Pesquisa
- (D6) TCLE
- (D7) Roteiro de Entrevista e do Grupo Focal (PENDÊNCIA 5)

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apontadas no parecer consubstanciado número 4.747.670, de 31 de maio de 2021, foram atendidas.

Considerações Finais e critério do CEP:

OBS.: O CEPIUFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

O CEPIUFU lembra que:

- a- segundo as Resoluções CNS 466/12 e 510/16, o pesquisador deverá manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEPIUFU dá-se em decorrência do atendimento as Resoluções CNS 466/12, 510/16 e suas complementares, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Orientações ao pesquisador :

- O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 466/12 e 510/16) e deve receber uma via original do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado.
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@cepiufu.br

Página 08 de 10

descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS 466/12), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa que requeiram ação imediata.

- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 466/12). É papel do pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, destacando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial (Res.251/97, item III.2.e).

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12, Resolução 510/16 e suas complementares, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto. O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

Data para entrega de Relatório Final ao CEPIUFU: JANEIRO/2023.

* Tolerância máxima de 01 mês para atraso na entrega do relatório final.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1369248.pdf	10/06/2021 18:35:32		Aceito
Outros	Pendencias_CEP_Projeto.pdf	10/06/2021 18:33:12	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito

Endereço: Av. João Naves de Ávila 2121- Bloco "IA", sala 224 - Campus Sta. Mônica
Bairro: Santa Mônica **CEP:** 38.408-144
UF: MG **Município:** UBERLÂNDIA
Telefone: (34)3239-4131 **Fax:** (34)3239-4131 **E-mail:** cep@cepiufu.br

Página 09 de 10

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ANEXO_2_TCLE_Entrevista_corrigido_06_2021.pdf	10/06/2021 18:26:39	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	1_Projeto_detalhado_corrigido_06_2021.pdf	10/06/2021 18:26:17	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_de_compromisso_confidencialidade_equipe_executiva.pdf	11/05/2021 22:14:07	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_pesquisadores.pdf	11/05/2021 15:26:08	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito
Outros	Historico_articulacao_MEC_MJ_DEPEN_UFU.pdf	11/05/2021 15:26:01	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito
Folha de Rosto	4_folhademostroassinada.pdf	05/05/2021 11:31:56	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito
Outros	ANEXO_3_Entrevista_semi_estruturada.pdf	03/05/2021 15:40:08	Juliana Pereira da Silva Faquim	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

UBERLÂNDIA, 16 de Junho de 2021

Assinado por:
Karline Razzende de Oliveira
(Coordenador(a))